

“E onde mesmo tem patrimônio aqui?”: significados, descobertas e experiências na graduação em história

Lígia Conceição Santana¹

Resumo: O ano de 2003 funda um novo paradigma para as políticas de proteção e para a própria concepção de patrimônio no Brasil. Neste momento percebemos a importância dos registros e inventários, a valorização da memória popular e um resgate na nossa história. No entanto, percebemos também que os cursos de graduação de história, em sua maioria, têm se mantido, como várias outras áreas, ausentes deste debate e da implementação destas políticas. Neste sentido, esta comunicação vai tratar do processo de estranhamento e da construção de propostas de atuação de estudantes da graduação de história da Universidade do Estado da Bahia na área de salvaguarda de patrimônios materiais e imateriais, na disciplina cultura patrimonial e documental, no município de Itaberaba – Bahia.

Palavras-chave: patrimônio, história local, memórias.

Esta comunicação pretende apresentar as estratégias escolhidas e os resultados parciais obtidos na primeira experiência com patrimônio no curso de história da Universidade Estado da Bahia - campus XIII - na cidade de Itaberaba – Bahia. Consideramos pertinente este relato por considerarmos que os cursos de licenciaturas têm se mantido afastados dos debates acerca do patrimônio cultural, especialmente do patrimônio imaterial. Levando em consideração que efetivamente desde 2003 várias medidas de registro e salvaguarda foram implementadas, e continuam em execução, o que faz o professor de história e o historiador? Qual o papel destes profissionais nas políticas de salvaguarda do patrimônio? O que pode ser feito?²

Os cursos de história têm muito a contribuir com a elaboração de inventários, a organização de calendários festivos, a pesquisa para composição de dossiês... Este é um novo mundo que se descortina para área e que outrora esteve permeado majoritariamente por arquitetos. É hora de professores/historiadores participarem de

¹ Professora da Uneb – campus XIII. E-mail: ligiasantana@gmail.com

² Esta reflexão foi possível graças ao empenho dos alunos do 8º semestre do curso de história que cursaram o disciplina Cultura Patrimonial e Documental nos semestres 2009.1 e 2010.1.



modo mais conjunto de políticas de educação patrimonial e de redescoberta de grandes histórias que estão esquecidas em baús. Basta dar um primeiro passo.

Sobre o território e esta história...

O Piemonte do Paraguaçu é um dos 26 territórios de identidade no qual o estado da Bahia foi dividido na atual gestão estadual para agrupar municípios de uma mesma região que comungam de uma cultura comum. Esta divisão visa orientar a política de descentralização de decisões, regionalização de ações e busca, especialmente, a participação mais efetiva dos representantes territoriais nas mais diversas decisões.³

O território do Piemonte do Paraguaçu é composto por 14 municípios dentre os quais está localizado o município de Itaberaba onde o campus do departamento de educação da Universidade Estadual da Bahia está situado.⁴

O município possui população estimada em 70 mil habitantes e se constitui como de médio porte. Sua localização é privilegiada na entrada da Chapada Diamantina e com ricas, e quase desconhecidas, manifestações culturais. Com o intuito de colaborar para trazer à tona as memórias sobre estas manifestações e os patrimônios do município é que a disciplina Cultura Patrimonial e Documental começa a ser oferecido no curso de história.

Segundo o projeto do curso de história a disciplina “estuda os modos de constituição da memória sobre o patrimônio artístico-cultural. Analisa sua constituição social e política, traduzida na eleição de bens materiais e imateriais, que passam a constar como parte da identidade histórica.”⁵ Na prática, a disciplina pretende discutir quais os elementos da cultura material e imaterial, ou tangível e intangível, que compõe a memória local.

³ O conceito de territórios de identidade foi criado pelo geógrafo Milton Santos, de acordo com o qual o território de identidade seria um território geográfico vivo e dinâmico, como um espaço ocupado e transformado, indivisível dos seres humanos e de suas ações. Os demais territórios de identidade do estado da Bahia: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Itapetinga, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Oeste Baiano, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semi-árido Nordeste II, Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio das Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru e Metropolitana de Salvador. Mais informações consultar: www.secult.ba.gov.br

⁴ Os demais municípios do território são: Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itatim, Lajedinho, Maracajuba, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá. Mais informações consultar: www.secult.ba.gov.br

⁵ PINHEIRO, Gilmar Ferreira de Oliveira e SANTOS, Leandra Ferreira dos (orgs). *Resumo informativo sobre a nova estrutura curricular do curso de história*. Itaberaba, 2007, p 6.

No início deste trabalho muitas dúvidas de uma professora forasteira que pouco tinha circulado na cidade. Como mexer nestas memórias e torná-las conhecidas? Como encontrar os patrimônios? Quem iria nos guiar nesta missão? Todas estas questões continuam a inquietar meu planejamento estratégico, mas se tornaram aliadas a partir do momento em que a turma começou a desenvolver a primeira estratégia: trabalho de campo!

A metodologia usada foi simples: no primeiro dia de aula a turma foi dividida em quatro grupos. Encontramo-nos em uma das praças e me despedi deixando uma missão: percorrer a cidade, escolher e registrar os dez bens que considerassem patrimônio. Durante uma tarde ensolarada a turma se dedicou na pesquisa e discussão do que seria ou não patrimônio. Uma informação importante: os grupos não receberam qualquer informação do que seria patrimônio. A idéia era entender o que cada um registrava como sendo patrimônio. Na semana seguinte reunidos na sala todos os grupos apresentaram o resultado de suas pesquisas.

A pesquisa, o patrimônio e as indagações

Na semana seguinte alguns se queixaram de não ter tido um texto que orientasse o que seria patrimônio. Outros ainda se debatiam em formulações teóricas. Poucos calaram para entender o que se passava na sala, mas a medida que os grupos se apresentavam é que pudemos perceber que já tinham um entendimento do que era patrimônio, especialmente o edificado. A grande maioria conseguiu ler com agilidade quais os mais representativos exemplos de monumentos, como a Igreja e Praça da Matriz, a antiga estação ferroviária, a casa da Estação Ferroviária Leste, a Praça J.J Seabra e a Casa da Família Cincurá. Neste caminho de descoberta algumas surpresas interessantes, como as ruínas da lavanderia pública, o açude, a Capela de Bom Jesus da Lapa e o Mercado velho.

Durante as apresentações ficou evidente o entendimento de patrimônio muito articulado a monumentalidade, conforme a própria literatura do tema demarca, mas o que mais chamou a atenção foi a relação de afastamento da turma com relação ao que os une enquanto identidade local. Muitas vezes eles falavam com tanto distanciamento que pareciam descrever outras cidades e não aquela onde a maioria nasceu e cresceu.⁶

⁶ Ver também PELEGRINO, Sandra C. A. 'O patrimônio cultural e materialização das memórias individuais e coletivas in *Revista Patrimônio e memória*. UNESP, v. 3, n 1, 2007.

Então como falar de patrimônio, identidade e memória se a maioria desconhecia o que representava estas palavras para cada um deles e para o restante da cidade? Patrimônio jamais poderia ser uma escolha feita por um grupo e imposta aos demais. Por este motivo não acompanhei a turma no processo de escolha dos bens patrimoniais e por este mesmo motivo foi importante começar ouvindo o que eles tinham a dizer.

Um dos grupos inclusive apontou várias propostas de intervenção e de tombamento, para os vários bens escolhidos, e algumas aulas mais tarde vimos que preservar não é tomar e que tomar também não significava necessariamente preservar.⁷ Muita coisa está em jogo neste complexo processo e muito dependerá das ações de educação patrimonial implantadas futuramente. Na fala de um dos grupos fica marcante o entendimento de que patrimônio é algo que está para além das escolhas feitas pelas administrações municipais e órgãos responsáveis:

consideramos que mesmo as pessoas não sabendo das histórias desses lugares, eles estão presentes de forma viva no cotidiano dessas mesmas pessoas. Nossa preocupação foi justamente esta, eleger lugares que fazem sentido para a nossa população, espaços que materializam a identidade local.⁸

No entanto, referenciais de patrimônio imaterial apareceram pouco nas apresentações como a festas religiosas, a chula e as festas de reis ainda comuns no município. O que significa esta ausência? Em primeiro lugar o inicial não reconhecimento destas atividades como relevantes para representar a memória e a história do município e em segundo o entendimento de que existe uma hierarquia de culturas que separa o patrimônio material do imaterial impondo aos mesmos diferentes níveis de importância. Esta é a visão da maioria das pessoas e da maioria dos professores e este é um dos principais motivos apontados para falta de atividades que envolvam a educação patrimonial.

Um ponto de partida: os produtos patrimoniais

⁷ Apresentação do Grupo 2. 2009.1.

⁸ Apresentação do Grupo 3. Sobre as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil ver: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil*. Brasília, 2006.

Esta atividade foi importante por muitos motivos, mas especialmente por conseguir demonstrar o tipo de entendimento de patrimônio para as turmas e por motivá-los a rever a própria história da cidade. Considero também importante por apontar facetas da memória local que poucos lembravam ou conheciam, como a história dos aguadeiros e da lavanderia pública. No entanto o que considero de mais relevante foi a possibilidade de discutir com a turma estratégias de mudança e esboçar pequenos e significativos projetos de intervenção que começam a ser colocados em prática.

Os produtos patrimoniais foram inventados para dar forma ao conhecimento teórico que as turmas acumularam em um semestre. O produto consiste na apropriação de qualquer elemento do patrimônio cultural local e na utilização de uma ferramenta que o materialize em material de divulgação. Ao longo de pouco mais de um ano dois catálogos, um documentário, duas cartilhas, um dossiê e um blog foram produzidos.

O que significa dizer que as duas turmas percorreram um longo caminho para descobrir as histórias presentes na cidade ao mesmo tempo em que buscavam articular o que encontraram com a leitura sobre os patrimônios culturais. Os catálogos *“Pintando o 7: um olhar sobre o patrimônio local”* e *“Pedra de Itibiraba: entre mitos e vestígios”* tiveram como objeto o patrimônio edificado e o patrimônio natural da cidade, respectivamente.

O primeiro deles foi desenvolvido a partir de uma oficina aplicada na turma da 8ª série do Colégio Estadual Centenário. Nesta oficina o grupo levantou informações sobre os patrimônios da cidade, aplicou questionário e fez uma visita a alguns bens patrimoniais e finalmente elaborou o material ilustrativo que compõe o catálogo. Os alunos desenharam o que para eles significava patrimônio. O resultado foi um catálogo que refletiu o Açude Juracy Magalhães e a Capela do Monte. Para esta atividade além de dar liberdade de escolha foi importante discutir o que significava patrimônio. Discutir o tema na escola. Objetivo alcançado.

O outro catálogo buscou registrar as inscrições de arte rupestre presente na Pedra de Itibiraba e, além disso, registrar os mitos construídos sobre a pedra. Com este produto foi possível revisitar os mitos de origem da cidade que teve ocupação dos índios Maracás. Uma memória que não está presente nas aulas e nos livros didáticos da cidade, mas que está nas falas de muitos.

O documentário *“Maria Milza: uma fonte de fé e devoção”* buscou retratar a representatividade religiosa de Maria Milza para o povoado de Alagoas. A esta “Mãezinha” são atribuídos muitos milagres e bondade. O distrito de Alagoas é marcado

pela memória de fé de seu exemplo e de suas graças. O documentário significou a oportunidade de ouvir as pessoas e suas memórias.

As cartilhas, *“As aventuras de João e Einstein”* e *“Da arruda ao pra tudo: a venda de ervas enquanto prática e saber popular na feira de Itaberaba”*, por sua vez tiveram como tema medidas de conservação para acervos e o saber popular das ervas. Na primeira cartilha o objetivo foi chamar a atenção para os cuidados com a conservação de acervos em suporte papel. O acervo tratado foi o da biblioteca da universidade e a cartilha busca divulgar as noções básicas de manuseio e conservação. A cartilha sobre as ervas foi o resultado de um trabalho de pesquisa na feira livre e teve como saldo a cartilha e uma exposição fotográfica. A cartilha ilustrada foi confeccionada a partir dos saberes das vendedoras de ervas da feira. E tem erva pra tudo!

O dossiê foi construído para propor *“O tombamento da Praça do Rosário”* por significar para a equipe um conjunto arquitetônico que tem representatividade por compor o núcleo inicial do município. Para este produto foi necessário uma pesquisa documental, registro fotográfico, entrevistas e a elaboração de um documento que desse conta de se constituir como justificativa histórica para a ação do tombamento. Embora repita que “preservar não é tomar”...

Por fim o produto *“Blog Patrimônio Cultural (http://www.cultura-patrimonial.blogspot.com/)”* mergulhou no patrimônio edificado da cidade e criou uma ferramenta de interlocução com os estudantes das escolas públicas da cidade. Nele o grupo insere informações sobre os patrimônios da cidade, divulgam informações, as pesquisas dos colegas e os trabalhos feitos em outros momentos da disciplina.

O exercício de construção dos produtos é um misto de pesquisa, conhecimento e responsabilidade. Provavelmente as turmas não têm noção exata da importância destes produtos para a formação dos seus futuros alunos e para os outros colegas de curso. Provavelmente a maioria da cidade sequer parou para pensar em qualquer um dos patrimônios materiais e imateriais da cidade apesar de conviver com eles a todo tempo. Com estes sete produtos agora será possível discutir com um pouco mais de propriedade a história local e apresentar as escolas e professores boas possibilidades de recurso didático.

Esperamos que este exercício de olhar e ouvir possa contribuir para o desenvolvimento de outras ações educativas e possam inspirar agentes do patrimônio a

se aproximarem mais das comunidades e dos professores. Estes sim são os principais mestres e agentes do patrimônio.

Bibliografia

ABREU, Martha. “Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional” in ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2007.

ABREU, Regina. “Tesouros humanos vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do “mestre de arte” in ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009, p 83-96.

ANDRADE, Mário. “Anteprojeto para a criação do serviço do patrimônio artístico nacional”.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. *Série encontros e estudos. Registro e políticas de salvaguarda para culturas populares*. Rio de Janeiro, 2008.

FALÇÃO, Andrea (org.). *Registro e políticas de salvaguarda par as culturas populares*. Rio de Janeiro. IPHAN, CNFCP, 2008.

FERNANDES, José Ricardo Oria. “Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história”. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 13, n.º 25/26: 265-276, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo, Contexto, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. Memória histórica e cultura material in *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 13, nº 25/26, p. 17-31, 1993.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento in ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009, p 25-33.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Lei Estadual n.º 8895/2003 de 16/12/2003 – Institui normas de proteção e estímulo à preservação do Patrimônio Cultural do Estado da Bahia, cria a Comissão de Espaços Preservados e dá outras providências;

- LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2006.
- LONDRES, Cecília (et al). *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro. IPHAN, CNFCP, 2006.
- MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente in PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, Contexto, 2009, p. 281- 308.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho do patrimônio imaterial*. Brasília, 2006.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*. Brasília, IPHAN, 2006.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. Brasília, IPHAN, 2007.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.
- PELEGRINI, Sandra C. A. 'O patrimônio cultural e materialização das memórias individuais e coletivas in *Revista Patrimônio e memória*. UNESP, v. 3, n 1, 2007.
- PELEGRINI, Sandra C. A.. "O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil." In *Revista Patrimônio e memória*, v 2, nº 2, 2006.
- SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização in ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009, p 49-58.